

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CRUZ, Djenal Nobre. Djenal Nobre Cruz (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (0h 45min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Djenal Nobre Cruz
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Brasília - DF - Brasil;

Data: 02/07/2005

Duração: 45min

Arquivo digital - vídeo: 1; Fita cassete: 1; MiniDV: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por seu papel destacado no movimento negro do Sergipe desde a década de 1980.

Temas: Atividade profissional; Cultura; Discriminação racial; Ensino superior; Família; Literatura; Marxismo; Militância política; Movimento cultural; Movimento negro; Movimentos sociais; Música; Obras de referência; Obras literárias; Partido dos Trabalhadores - PT; Partidos políticos; Pedagogia; Política; Políticas públicas; Racismo; Representações; Sergipe;

Sumário

Entrevista: 02.07.2005

Fita 1-A: Origem; a influência do ambiente cultural na casa do entrevistado; a relação do pai com políticos locais; o interesse por cultura, notadamente poesia durante a juventude; a militância política; a influência do livro Poemas de Angola, de Agostinho Neto, na sua descoberta como negro; a primeira formação dentro do movimento negro no Grupo de Artes Cênicas Castro Alves, sob a liderança de Severo Darcelino; as diferenças político-ideológicas com Severo Darcelino; a primeira formação política marxista e a mudança no olhar e na forma de pensar a sociedade; a forma precursora de encarar o racismo no grupo de Severo Darcelino; a influência da avó e da cidade de Laranjeiras no debate racial; o surgimento da União dos Negros de Aracajú (UNA), em 1986, hoje Sociedade Afro-Sergipana (Sase); a filiação e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe; o ressurgimento da questão racial dentro do movimento cultural em Sergipe; a importância dos blocos afros dentro do assumir negro sergipano; a inclusão do candomblé nas discussões e ações do movimento negro sergipano; comentários sobre a importância de levar a luta do movimento negro para dentro do partido político e dos espaços de representação.

Fita 1-B: A atuação como Secretário Estadual de Combate ao Racismo do PT do Sergipe; comentários sobre o aparecimento de lideranças negras na política; a não pretensão do entrevistado em ser candidato político; comentários sobre as diferentes fases de luta do movimento negro; breve comentário sobre duas vertentes do movimento negro: o hip hop e o reggae; o trabalho do entrevistado como coordenador de Promoção da Igualdade Racial da prefeitura de Aracaju; a formação técnica em Nutrição; o concurso público estadual prestado e o trabalho com alternativa de alimentos para a população das comunidades rurais; comentários sobre a entrada na universidade, no curso de Pedagogia; o contato com a obra de Agostinho Neto através da livraria de Bosco Rolemberg, em Aracaju; as discussões e a efervescência cultural em torno da livraria; comentários sobre a atividade profissional da família e sua participação no movimento negro.

Entrevista: 02.07.2005

Verena Alberti – Nós estamos aqui na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, aproveitando um tempinho para conversar com o senhor Djenal sobre sua trajetória, sua experiência e sua participação no movimento negro em Sergipe especificamente. Então, para começar do começo, a gente queria saber um pouco sobre a sua história de vida mesmo. O senhor nasceu aonde?

Djenal Nobre Cruz – Nasci em Aracaju.

V.A. – Em que dia?

D.C. – 17 de janeiro de 1956, mais precisamente no bairro de Santo Antônio, que era o bairro onde começou a cidade de Aracaju. Sou filhos de funcionários públicos negros. Sou de uma família de cinco pessoas. A partir daí...

V.A. – Qual era o nome do seu pai?

D.C. – Carlos.

V.A. – Carlos Nobre Cruz?

D.C. – Carlos Cruz.

V.A. – Não tinha o Nobre?

D.C. – O Nobre é da minha mãe.

V.A. – E o nome da sua mãe?

D.C. – Apedrízia Nobre.

V.A. – Nome diferente. E ela tinha o Cruz também?

D.C. – Não, é só Apedrízia Nobre.

V.A. – E o senhor disse que eles eram funcionários públicos.

D.C. – Sim. São funcionários públicos estaduais e federais.

V.A. – E o que faziam ou fazem?

D.C. – Minha mãe é enfermeira, meu pai trabalha no IBGE.

V.A. – E eles tinham estudado?

D.C. – Quem mais estudou foi minha mãe. Meu pai não. Meu pai chegou estudar no nível normal...

V.A. – E o que ele fazia no IBGE?

D.C. – Ele era [incompreensível] de portaria no IBGE. Minha mãe é enfermeira do estado. Tiveram cinco filhos.

V.A. – E o senhor é...

D.C. – Sou o mais novo, infelizmente. Sou o mais novo, e a partir daí, sempre estudei em escolas públicas, fomos criados dentro de um certo ambiente cultural de influências de pessoas que iam muito lá em casa...

V.A. – Quais eram essas influências?

D.C. – Políticos, artistas da cidade, pessoas que trabalhavam com cultura. Uma formação cultural que influenciou a gente dentro da família.

V.A. – Mas eram pessoas da família?

D.C. – Não, pessoas de fora da família.

V.A. – Quem era?

D.C. – Eram... Os políticos eram políticos tradicionais que meu pai conhecia.

V.A. – Conhecia por quê?

D.C. – Porque tinha uma relação com eles. Meu pai tinha uma relação política com algumas pessoas.

V.A. – Como é que se formou essa relação, você sabe?

D.C. – Meu pai era do Exército e quando saiu do Exército um amigo dele foi ser político, deputado. Aí levou ele, e acredito que também deu emprego a ele nessa história...

V.A. – Quer dizer, o emprego no IBGE...

D.C. – Deve ser dessa relação política. E aí, ele ia muito lá em casa. Por incrível que pareça, meu nome saiu dessa relação política com esse deputado. O deputado é Djenal também. Na minha família todos os nomes começam com “c”. Eu sou o único com “d”. Tem essa diferença.

V.A. – E ele chegou a deputado estadual?

D.C. – Estadual.

V.A. – Federal também?

D.C. – Só estadual.

V.A. – O senhor sabe o sobrenome dele?

D.C. – Djenal Queiroz. É general do Exército já. Ele tinha essa relação. Então a gente teve essa relação. E meus irmãos mais velhos já lidavam com cultura, com teatro...

V.A. – Fazendo o quê?

D.C. – Escrevendo, eram artistas. E eu já participava de uma coisa mais diferenciada, eu já era voltado mais para a poesia, para essas coisas mais culturais. Mas meus irmãos foram se formando em jornalismo, geografia e tal, e eu não quis entrar na universidade. Depois fiz a minha própria, cultural, vamos dizer, não-formal.

V.A. – Como era?

D.C. – Eu fazia poesia no tempo de escola e no momento de 1974, 75, já estava militando politicamente. Talvez fosse só eu da família dentro da política. Já fui para a discussão da Anistia no Brasil, já estava discutindo a Anistia, já participava do movimento no antigo MDB e logo em seguida eu fui para o PT.

V.A. – Esse Djenal, seu xará, ele era do MDB?

D.C. – Arena.

V.A. – E como é que o senhor foi para o MDB?

D.C. – Foi por influência de um amigo meu, um amigo de infância que lia muito e passava alguns livros para mim. Eu li muito o Marx no início da minha trajetória política. Então a gente trocava muita informação sobre Marx. Ele era extremamente meu amigo.

V.A. – Amigo de onde, do bairro?

D.C. – De escola. Então ele era do interior e eu da capital, mas eu ia muito lá no interior onde ele morava. Trocava muita discussão de livros.

V.A. – Mas ele morava no interior e frequentava a mesma escola que o senhor?

D.C. – Isso.

V.A. – Por quê?

D.C. – Era perto. Eram 25 Km do interior, era dentro de Aracaju. Era fácil de ir para a casa dele no final de semana. Estava tudo certo. Minha cultura saiu de Marx. Minha visão política foi marxista primeiro. Conheci os livros de Marx, tinha grupo de estudo sobre Marx, fiz movimento estudantil, primeiro movimento estudantil secundarista por 2, 3 anos a gente fez isso, aí depois eu tive que entrar para a questão racial. Já em 1973, 74, a gente já...

V.A. – Tive que entrar, por quê? Porque podia não...

D.C. – Porque me descobri.

V.A. – Como foi?

D.C. – Eu tinha um livro, comprei um livro, Angola tinha sido liberta em 1973, mais ou menos, e eu tinha um livro de Agostinho Neto chamado *Poemas de Angola*, que eu li e me impressionei com os poemas, achei fantásticos os poemas. Então, a partir daí eu disse: “Eu tenho que fazer uma opção de luta”. Já tinha uma opção política, mas tinha que ter uma opção de luta, tinha que focar. A partir daí eu comecei a descobrir essa questão racial.

V.A. – Como é que o senhor chegou a esse livro do Agostinho Neto?

D.C. – A gente já tinha uma discussão política e tinha uma opção solidária à Angola, à libertação. E tinha um filme sobre a revolução de Angola, um documentário, não lembro agora o nome, posso lembrar depois. E aí eu vi o documentário sobre Angola e achei fantástica a luta

deles lá, e automaticamente esse livro de Agostinho Neto circulava no meio para debater os poemas, para recitar os poemas sobre Agostinho Neto e eu comecei a ficar interessado sobre isso. E adorei isso. Comecei a me descobrir como negro nessa trajetória política. E aí eu disse: “Tenho que fazer uma opção. Ficar com a minha opção política, mas focar a minha luta dentro do movimento negro de Sergipe”. Mas só que: tinha uma entidade de Severo Darcelino, que era o Grupo de Arte Cênica Castro Alves, que era a entidade mais antiga de Sergipe. Então, no geral, todo mundo do movimento negro passou por essa entidade. Seria como se fosse a primeira formação. Então ele trabalhava com poemas, trabalhava com teatro...

V.A. – Quem?

D.C. – O Severo Darcelino, dessa primeira entidade do movimento negro.

V.A. – Mas o nome da pessoa...

D.C. – É o nome da entidade. Era um ator muito interessante.

V.A. – Era um ator negro?

D.C. – Negro, militante negro também.

V.A. – Mas mais velho?

D.C. – Mais velho. A entidade dele tem 37 anos.

V.A. – Severo Darcelino era o nome da instituição?

D.C. – Primeiro começou com o Grupo de Arte Cênica Castro Alves, era o primeiro nome. Depois passou a ser Centro Cultural Severo Darcelino, uma homenagem a ele mesmo. Acho que ele fez isso. E aí, ele chamava todo mundo do movimento negro, todo mundo querendo descobrir a cultura negra para nos levar a discutir, e ia lá. Então, no geral, todo mundo que fez

o movimento negro teve que passar por ele, passar pela mão dele. Mas a gente tem algumas diferenças, então passava e ia embora fazer o movimento.

V.A. – Quais eram as diferenças?

D.C. – Políticas e ideológicas. Ele com uma visão mais conservadora da questão e a gente tinha uma visão mais liberta da questão.

V.A. – Como é que era, por exemplo?

D.C. – Vamos traduzir: ele era mais à direita a gente mais à esquerda. De compreender o processo de luta.

V.A. – O que ele achava que devia fazer e o que o senhor achava?

D.C. – Ele trabalhava no seguinte: ele trabalhava a questão cultural como forma de atrair e discutir a questão racial e a gente trabalhava com a questão política, porque a questão racial é uma questão política dentro dessa sociedade. Então a gente tem que quebrar pelo político e não pelo cultural. Então politizar a questão para a sociedade.

V.A. – E o que era politizar a questão?

D.C. – Levar a questão que esse país é um país que tem um *apartheid* e é culpa dessas elites que descobriram e libertaram entre aspas, e não contemplaram um projeto político que estava contemplado na questão da libertação. Vamos dizer o seguinte: “Esse povo negro não está contemplado nesse projeto de desenvolvimento. Então isso é uma questão de libertação desse povo”. Era tomar o que se pensava: “Nós somos a maioria da população entre aspas, então vamos fazer um partido negro...” Tinha uma questão de ser negro que a gente compreendia. E ele não tinha essa visão da coisa. Ele achava que tinha que ser uma coisa mais negociada, não tinha que ser uma ruptura desse processo. E a gente brigava muito, brigava muito. Porque a gente também tinha uma visão mais marxista da questão.

V.A. – É interessante, porque, em geral, os autores de esquerda clássicos, Marx etc., não tratam da questão racial. Como era essa visão marxista?

D.C. – Mas aí que eu compreendi depois. Aí tem uma questão. Quando eu foquei em Marx, tem um rompimento também com eles. Para eu compreender a sociedade eu tinha primeiro que me assumir como negro e a partir daí ver a sociedade como um negro. Aí eu pego os elementos em Marx para analisar ela. Eu estava fazendo justamente o contrário, só achando que Marx resolvia a questão social. E não contemplava a minha questão como negro. A partir daí eu rompo com esse ciclo, começo a ver a sociedade como negro e aí esses elementos me dão outra visão de análise de sociedade, claro, pegando algumas questões de Marx e colocando dentro dela. Então isso para mim foi fundamental, porque eu acho que a esquerda, a chamada esquerda branca, só analisa a questão da sociedade pelo foco marxista. E dentro desse foco não contempla algumas diferenças, diversidades, dentro da sociedade. Isso para mim era muito limitado. Hoje eu trabalho com outra visão diferente.

V.A. – Qual é?

D.C. – Vejo a visão como negro e a partir daí, pelos elementos de Marx você analisa. É outro olhar, um outro olhar hoje.

V.A. – E esse Severo Darcelino não concordava com a ideia de que a elite branca alijava os negros?

D.C. – Não. Ele compreendia isso na teoria que a elite trouxe esse *apartheid* para a sociedade brasileira, desse grupo étnico, mas com os métodos de luta ele não concordava. Denunciar que era racista... Ele fazia uma conciliação nesse jogo. Ele achava que não era esse método, o método era outro, de tentar sensibilizar. Eu não concordava.

V.A. – Entendi. Então o pessoal que tratava a questão de forma mais política achava que tinha que denunciar?

D.C. – Denunciar, confrontar...

V.A. – E o pessoal que tratava a questão de forma mais cultural achava que...

D.C. – Que tinha que ter uma conciliação nesse nível. Não compreendia muito bem a sociedade, como ela estava estabelecida. Então achavam que a cultura podia modificar a relação na realidade deles. A gente achava que não. Só muda a realidade com uma ação política, ideológica, e contemplando essa população dentro do projeto. Aí a gente ficava bem tranquilo sobre essa posição política.

Amilcar Araújo Pereira – Djenal, eu tenho duas perguntinhas. A primeira é a seguinte: o grupo do Severo, esse teatro do Severo, tinha 37 anos na década de 1970?

D.C. – Não. Completou agora. Já vem de 1973.

A.P. – Ele monta...

D.C. – Ele monta a entidade em 1973. Eu acho ele fantástico, porque ele era uma figura que estava na ditadura militar, não se discutia essa questão e ele dá um achado assim e diz: “Tem racismo nesse país, nesse estado”. Então ele era uma figura de referência para o pessoal que veio depois. As pessoas diziam: “Tem racismo mesmo em Sergipe?” Ele dizia: “Tem racismo”. E mostrava e tal. E em plena ditadura. Ficava difícil de se manifestar contra o chamado mito da democracia racial, que foi a ditadura que colocou na cabeça do povo. Então ele teve essa postura muito interessante nesse momento.

A.P. – A segunda pergunta é a seguinte: você falou que se descobre enquanto negro lendo as poesias de Agostinho Neto e tal. Como era antes?

D.C. – Como eu era antes? Como uma pessoa normal, não é? Eu já tinha algumas influências dentro de casa porque minha avó era de Laranjeiras, uma cidade de 90% de negros. É a cidade onde a gente se descobre negro. Laranjeiras é a referência do movimento negro. Então, todas as manifestações do movimento negro têm sempre que passar por Laranjeiras, tem que ir lá fazer um debate, um seminário e tal. Então minha avó era de lá. Então tinha essa referência. E

eu tinha tias que eram já de candomblé. Então isso não era muito chocante para mim. No dia-a-dia já convivía com essas questões, mas não tinha uma ação política sobre isso. Não tinha ação política porque nunca senti um ato de racismo para comigo; estudava normal, tudo bem, mas era cego para uma realidade lá fora. Mas eu era ativo culturalmente, conversava sobre cultura na minha casa, mas não tinha essa questão racial no dia-a-dia da minha família. Meus pais eram normais, funcionários públicos, vivi normal...

V.A. – Não se falava de sentimentos de racismo em casa?

D.C. – Não.

V.A. – Mesmo em relação a esse seu xará, o deputado?

D.C. – Não. O deputado era branco, mas...

V.A. – Sim. E ele não tinha nenhuma...

D.C. – Não. Porque era uma relação como fazem os brancos, traz o negro para ser amigo, uma relação de achar que não, por ser branco e por ser negro não tem confusão nenhuma, são só amigos e tal. Mas na prática, quando a gente se descobre, é uma relação de submissão mesmo está estabelecida. No voto, “eu te dou emprego e você o voto”, mais ou menos isso.

V.A. – Bom, então o senhor começa nesse grupo de artes cênicas?

D.C. – Eu tenho uma passagem por aí, mas rápida. E começo em 1973 a discutir essa questão política e vou, em 1979, já estar discutindo racismo. Uma questão política, da Anistia... Eu fazia política, fazia movimento estudantil, então estava no meio do pessoal que era mais velho do que eu, que discutia mais fácil as questões. Então estava bem clara a minha opção, mas discutia política, nunca deixei de fazer. Aí foi quando surge em 80 e poucos, 1984, surge o UNA em uma discussão, porque nós negros nos reuníamos todos os fins de semana, mas não tínhamos uma ação: “Precisamos nos mobilizar, não sei mais o quê...” Então foi para ter uma ação política, mais de entidade. Aí surge o UNA nessa discussão.

V.A. – UNA é o quê?

D.C. – União dos Negros de Aracaju. Que se transformou depois na Sase, Sociedade Afro-Sergipana, que é mais dez anos para cá, eu acredito.

V.A. – Quer dizer que o UNA acabou e se transformou na Sase?

D.C. – Na Sociedade Afro-Sergipana.

V.A. – E o UNA começou em?

D.C. – 1984, 85... Não 1986, porque 1988 já foi o centenário da abolição, aí já estava encaminhado. Juntava os negros e negras nessa época. Era um ajuntamento. Essa era uma coisa que eu achava. Todo sábado à tarde juntavam-se 20 negros e negras e começavam a discutir. Discutir sobre racismo, sobre isso, sobre aquilo, e foi discutindo. Todo sábado a gente se encontrava, depois saía todo mundo para um bar para beber... E a coisa foi afinilando: “Vamos focar mais as coisas e tal...” Eu participei mais ou menos um ano dessas discussões. Foi quando um grupo de negros e negras começou assim... um pessoal que tinha uma visão mais de entidade, de fazer uma coisa muito mais organizativa, no meio dessa discussão vinha gente do movimento estudantil negro, então tinha uma visão política. Um tinha uma visão anarquista, todo mundo... era um balaio de gato, na prática. Mas tinha um pessoal que focava mais essa questão, era o Trindade, o Carlos Alberto de Paula, tinha uma questão mais focada de entidade, de focalizar, trazer os quadros, fazer as políticas para a sociedade sergipana... E eu já estava me distanciando e indo para o partido, o partido político já estava me atraindo nesse momento. Eu sou filiado no PT desde 1982. Sou fundador do PT lá de Sergipe. Então me interessei muito nessa questão legalista da entidade, do UNA, da União dos Negros de Aracaju, mas morávamos eu, Carlo Alberto, os três juntos no apartamento. Então, indiretamente eu estava participando de tudo, das discussões, “como é que está?”, travando as discussões lá dentro. Mas toda noite eu encontrava com eles, dormia em quartos diferentes, mas nos encontrávamos. Então diretamente eu estava participando deles, mas eu estava focando muito mais a luta partidária. Eles não eram nem filiados ao partido na época, eu era mais revolucionário na história que os

dois. Eu era mais avançado, não tinha muito... ia para a luta, sei lá, movimento estudantil, movimento popular, eu estava sempre presente nessa história. E eles eram uns quadros, eles pensavam: “É por aqui, por aqui”. Aquela visão mais pragmática.

V.A. – Eles eram mais pragmáticos?

D.C. – Isso. Na proposta que eles queriam da UNA, União dos Negros de Aracaju. Aí, nesse intervalo de 1984 até 89 e tal, surgem muitos blocos afro em Sergipe. Aí o movimento cultural ressurgiu na questão afrodescendente em Sergipe. Até por influência do Olodum, que na época estava no auge, essas coisas todas. Então o movimento sai de uma questão política e vai para uma questão cultural. É um momento do pessoal se assumir como negro. Eu acho interessante. Aí foi que o Severo não entendeu no início quando eu falei que o que ele queria pela cultura, fazer a transformação lá pela cultura, como ele colocava, mas os blocos afro deram outra visibilidade para a questão racial. Foram para a rua, se vestiram como afrodescendentes, trançaram o cabelo, era uma postura mais política naquele momento. Eu acompanhei de perto.

V.A. – É interessante o que o senhor está falando. Qual a diferença exatamente dessa postura cultural da...

D.C. – É, são dois momentos diferentes. Eu acho que quando o Severo trabalhava poemas de Castro Alves e etc., era para uma plateia de brancos e negros, para ganhar esses corações. No outro movimento cultural o pessoal sai de dentro e vai para a rua. E as músicas eram músicas de protesto. Eu ficava impressionado como os jovens, a maioria era de jovens, trançavam os cabelos já naturalmente, já era uma postura mais “sou negão”, era diferente. A autoestima já estava legal, “sou negão”, tinha umas roupas assim e tal, botava o bloco na rua, discutia... Era diferente. Era uma coisa de baixo para cima. Era uma coisa que vinha de baixo, da juventude e tal. Era uma outra postura política. E esses grupos acompanhavam a discussão do pessoal mais político. O UNA fazia alguma discussão e falava: “Bota o bloco logo lá para puxar o povo lá na frente”. Era outra relação que se dava, uma relação muito mais de mão-dupla: “Você está aqui bebendo da minha postura política então eu vou beber também da cultura que vocês estão colocando aí”. Era legal. Foi um avanço até da nossa sociedade sergipana esse bloco afro dentro do assumir negro sergipano. E eles não tinham ainda lidado com o candomblé. O movimento

negro não tinha lidado com o candomblé. Veio a lidar depois com o candomblé. No geral o candomblé era uma coisa muito emblemática, ninguém entrava no meio. Era uma relação meio assim e tal. Mas puxamos o candomblé para o movimento negro. Foi outro momento forte.

V.A. – Como foi?

D.C. – Tem umas coisas interessantes. Eu não era acostumado com isso não. Nenhuma liderança era acostumada. 300 anos de Zumbi dos Palmares, eu acho que foi isso.

V.A. – 1995.

D.C. – 95. Aí juntou as lideranças negras todas: “Vamos fazer os 300 anos e tal”. Articulamos com as entidades dos movimentos sociais também, para apoiarem, e aí alguém falou: “Tem uma coisa que a gente tem que chamar: o pessoal do candomblé”. Eu nunca lidei diretamente. Reconhecia as mães de santo, mas nunca...

V.A. – As suas tias...

D.C. – Sim, mas nunca tinha uma relação. Aí disse: “Então vamos para a casa da mãe de santo mais famosa de Sergipe, dona Marizete, e vamos convidá-la para ela participar da Marcha Zumbi dos Palmares, 300 anos”. Aí foram 12 lideranças do movimento negro lá convidar ela.

V.A. – Quem foram?

D.C. – Eu, Carlos Alberto, Joseanes, que está aqui, outro menino que está aqui, o João Marcos dos Santos que hoje é pai de santo e está aí. Fora todas as lideranças, mulheres e homens...

V.A. – Essas lideranças eram do UNA?

D.C. – Não. Eram lideranças que estavam fazendo a Marcha, todas negras. Aí já tinham várias entidades, já estavam se consolidando várias entidades.

V.A. – Já tinha a Sociedade Afro-Sergipana?

D.C. – Tinha. Aí ela disse: “Tudo bem. Acho bonito. Agora, só tem uma condição: vocês têm que tomar banho durante cinco dias. Banho de ervas e tal”. Eu olhei para uns... “E tem que se preservar, tomando banho e não tem que fazer nada, não tem beber, não tem que transar... Eu participo nessa condição. Vocês estão na frente, tem que ver como é que estão as coisas para se preservar porque pode dar um problema na Marcha...” “Nós vamos conversar aqui e depois a gente volta”. Aí a gente disse: “E aí, como é que é? Vai ou não vai? Vamos assumir. Vamos tomar banho”. E era assim: todo dia tem que passar no terreiro para tomar banho. Era uma obrigação. E fizemos isso durante cinco dias, de segunda a sexta, se não me engano. Ela foi na frente, puxou o terreiro dela na frente da passeata, e a partir daí vieram outros terreiros que tinham lideranças. E a partir desse momento, todas as marchas de 20 de novembro os terreiros vão na frente. Então a gente deu visibilidade aos terreiros e quebrou muito preconceito com a sociedade. Uma coisa muito interessante. Tem um outro momento de Sergipe. A relação hoje está muito forte. E a partir daí, com essa relação de lideranças do movimento negro dentro dos terreiros, muita gente foi fazer santo nas casas de santo. Teve esse encontro religioso e político, não é? Tem um filho de santo, Fernando Aguiar, que é historiador e acompanhou muito bem isso, ele disse: “Pela primeira vez eu vi uma relação não conflitante. Ninguém perdeu, todo mundo ganhou porque a gente não interferiu na realidade dos terreiros nem eles interferiram na nossa realidade. Apenas nos completamos em uma caminhada”. Todo ano eles nos ligam: “Como é que é, vai ter caminhada?”

V.A. – O próprio candomblé já está...

D.C. – Já está já. É disputa agora para ver quem está na faixa da frente.

V.A. – Para saber qual terreiro vai na frente?

D.C. – Que vai na frente. É interessante.

V.A. – Agora não precisa mais tomar banho?

D.C. – Não. Agora não precisa mais tomar banho porque essas lideranças, em geral, todo mundo está em terreiro hoje em Sergipe. Já têm seus pais de santo, já tem como tomar banho, a coisa ampliou nessa relação. É outro momento interessante que eu acho em Sergipe, que vai ser debatido em um seminário em dezembro, que vai debater sobre essa relação movimento negro e candomblé. E está tendo uma pesquisa também sobre a relação do movimento negro com o candomblé, como se deu. Essas coisas que eu estou colocando aqui vão ser levantadas em pesquisa. O pessoal vai chegar no Trindade aí para pesquisar ele. É interessante, essa é uma parte muito interessante.

V.A. – Bom, o senhor então preferiu entrar para a linha partidária enquanto seus colegas de apartamento estavam criando...

D.C. – Essa coisa. Eu achava o seguinte: eu achava que o movimento negro estava no limite, na luta: “Eu tenho que carregar a luta do movimento para o partido”. Então a gente chegava e aí? Ia para a rua: “Seu racista!” Gritava que o prefeito, o governador, eram racistas, não recebiam o movimento negro e tal. Então isso tem um limite dentro da luta do movimento negro. Porque você tem que fazer luta para acarretar alguma coisa, para transformar alguma coisa. E o corredor de transformação é o partido político, porque está dentro da estrutura de poder. Aí fui brigar com a esquerda branca lá dentro do partido, para colocar na ordem do dia essas questões raciais. Aí é uma puta briga, que eu brigo até hoje. Fui para dentro discutir isso e em 1986 já participei, e encontrei o Flavinho aqui que participou comigo também, do I Encontro de Negros e Negras do PT em 1986 aqui em Brasília. Então eu já estava discutindo dentro do PT essa temática. Como fala Bujão da Bahia que está ali com aquela barraca: “A gente era muito doido. São 25 pessoas...” Jurema, do Rio, estava também nesse debate. “25 negros aqui em Brasília discutindo PT. Os caras estão com outra visão”. E isso foi fruto de uma visão, eram 25 negros só. Estávamos eu, Ivanir, Bujão, Flavinho, Jurema... Esse grupo que era mais avançado da discussão partidária dentro do movimento negro. E essa discussão de 1986 veio a dar, dentro do partido, na criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Uma Secretaria Nacional que o PT criou. E criaram-se secretarias estaduais dentro do partido. Então a gente avançou com essa discussão dentro do partido. E mais: essa discussão tinha que desaguar em candidaturas negras. Esse que era o objetivo. Disputa dentro do partido, toma os espaços brancos que estão lá de candidaturas. Porque na verdade os partidos e os candidatos

chamam a gente para apoiar e a gente tem que reverter essa realidade. Então a partir daí que a gente vai ser protagonista da nossa história dentro do partido. Então começam a sair candidaturas negras dentro do PT e hoje o PT tem deputado federal, tem muitos vereadores, tem prefeitos negros. Então esse processo partidário é isso aí, que acho interessante...

[FINAL DA FITA 1-A]

V.A. – ...Como que desse encontro em 1986 aqui...

D.C. – Deu todo esse processo dentro do partido. E hoje eu sou secretário Estadual de Combate ao Racismo do PT do Sergipe. Fui eleito democraticamente dentro do partido. Estou entregando até o cargo agora esse ano, na nova eleição. Não me interessa mais em participar, acho que tem que ter renovação. Mas a referência é uma referência política. Então estou dentro do partido, mas a minha temática é a mesma. Não mudei a minha temática, não fui para outra temática. Eu encho o saco deles lá dentro do partido. O cara quer discutir economia, eu digo: “Bota junto com o racismo. Vai ficar melhor para discutir”. Quer discutir globalização: “Bota o nosso tema também no meio”. Então estou sempre fazendo essa transversalidade dentro do partido. É desgastante, mas é um desafio. Não acho tanta dificuldade não.

V.A. – E os candidatos negros em Sergipe apareceram?

D.C. – Apareceram lideranças.

V.A. – Quem eram?

D.C. – Trindade foi uma vez candidato a deputado federal, o movimento negro apoiou. Não ganhou, mas isso é um processo: você bota e depois vai ganhar os frutos lá na frente. Teve candidatos negros a vereadores eleitos. Tem uma vereadora eleita de Aracaju aqui.

V.A. – Agora?

D.C. – Aqui. A gente apoiou, o movimento negro apoiou naturalmente.

V.A. – Qual é o nome dela?

D.C. – Conceição Vieira. Vamos apoiar para deputada estadual também, ano que vem ela vai ser candidata a deputada estadual. Então essa luta está desaguando nisso aí, nessas candidaturas.

V.A. – E o senhor não foi candidato?

D.C. – Eu não gosto de ser candidato. Eu não sei ser candidato, eu não gosto. Nunca tive essa pretensão. Não sei. Eu gosto de apoiar. Eu gosto de estar no debate. Não sei ser candidato. Acho que vou morrer assim apoiando. Tem pessoas que adoram ser, mas eu nunca quis, nunca tive essa pretensão. Sou candidato dentro do partido, aí eu sempre fui. Internamente no partido sempre fui candidato. Eu gosto dessa disputa. Agora, na disputa dentro da sociedade eu faço de outro modo.

V.A. – Agora, o senhor estava falando que o senhor preferiu a via partidária porque o movimento negro em si, o senhor acha que é limitador, é isso?

D.C. – É, tem momentos em que ele limita. Nessa nova fase que está o movimento negro no Sergipe, vou até fazer um seminário sobre isso... Acho que vou falar assim: chega um momento que é de denúncia, é fundamental denunciar o racismo. O racismo existe e acabou. Chega um momento que é de elaboração de propostas. Então a gente tem que queimar os miolos para elaborar propostas para o poder público; é outra fase. Chega outro momento que é a fase de implementação de propostas, que é esse momento que está acontecendo. Porque a política nacional de promoção da igualdade racial já existe praticamente. Vamos aperfeiçoar ela hoje. Então chega um momento que é o seguinte: o movimento hoje não forma mais quadros para a militância; forma quadros para o poder, para o executivo. Quem está com a bola hoje no movimento negro são duas vertentes: é o hip hop que dá o discurso dos anos 1970 e 80, sem papas na língua, direto e reto, saindo da periferia. Em geral, aqueles bons momentos do movimento negro era a classe média negra que fazia; tinha mais informações e fazia movimento negro. Hoje ele sai da periferia das grandes cidades, das grandes metrópoles com o hip hop,

que eu acho fantástico. Então esse momento que a sociedade brasileira está vivendo e os movimentos negros estão vivendo, é um momento de execução de políticas.

V.A. – O senhor estava dizendo que tem duas vertentes. Uma é o hip hop e a outra?

D.C. – Eu acho que o reggae também trabalha isso. O reggae, que tem uma linha de denúncia também das injustiças do povo negro no mundo e no Brasil. Então essas duas vertentes eu acho que estão dando a bola da vez dentro do movimento negro. Eu acho. Tem gente que não concorda, mas eu acho. Então é a nova fase do movimento negro. Teve uma fase de denúncia, uma fase de propor e uma fase de executar. Eu mesmo estou na fase de executar, porque sou também coordenador na prefeitura de Aracaju de execução de políticas da promoção de igualdade, coordeno o programa lá.

V.A. – Então o senhor tem um posto na prefeitura atual desde quando?

D.C. – Na atual gestão, desde 2003.

V.A. – Porque a eleição para prefeito foi no ano passado.

D.C. – Eu continuei. Teve a reeleição e o prefeito ganhou.

V.A. – Então o senhor é coordenador?

D.C. – De Promoção da Igualdade Racial da prefeitura de Aracaju. Então eu acho que tem essas fases, que tem que compreender, a sociedade está se movimentando e o movimento negro... Eu acho que a militância agora é de quadros, para formar quadros para executar essa política. Eu acho que um negro de 16, 17 anos que tem uma formação normal e tranquila na cidade, que tem consciência que é negro, ele tem que ter uma visão de poder. Senão ele está fadado a jogar pedras. Os estudos estão aí, os livros estão aí. Formem-se, criem sua identidade cultural e racial e vai, porque ninguém está mais parando para formar quadros. Os militantes negros... Eu vou parar para formar quadros? Fica difícil. Já tenho outra viagem em outro estágio. Aí que são

fundamentais os movimentos hip hop, que formam quadros, que formam lideranças. Eles são interessantes.

V.A. – Falando em formar quadros, o senhor disse que foi optar pela universidade muito depois. Como é que foi?

D.C. – É, porque não tinha tempo para fazer isso. Porque nesse intervalo aí, de 1984, 85 em diante, como antes de 85 eu só estudava, eu fui fazer um concurso público e passei. Também sou funcionário estadual, do governo estadual de Sergipe.

V.A. – Concurso para quê?

D.C. – Eu sou técnico em nutrição, nível médio. Dentro dessa confusão toda me formei em técnico de Nutrição de nível médio. Então apareceu um concurso, eu fui fazer e passei no estado.

V.A. – O senhor tem qual cargo dentro do estado?

D.C. – Eu sou técnico de Nutrição do estado.

V.A. – Mas em escola?

D.C. – Não. Eu trabalho com um projeto de desenvolvimento do Banco Mundial em comunidades rurais. Eu trabalho com alternativa de alimentos para a população. Então nesse intervalo de 85 para cá eu tive que me desdobrar em trabalhar, que eu morava no interior, só vinha para Aracaju nos fins de semana para a militância e tal. Isso foi por 15 anos.

V.A. – O senhor morava aonde no interior?

D.C. – No sertão do Sergipe, em Nossa Senhora da Glória. É sertão de Sergipe.

V.A. – Por que o senhor foi morar lá?

D.C. – Porque a empresa me convocou para lá.

V.A. – Como técnico em Nutrição?

D.C. – Como técnico em Nutrição. Então passei 15 anos trabalhando no interior. Aí rodei o estado todo. Aí não me interessei por fazer faculdade. Também nesse intervalo de 85 a 95, eu casei em 95 também. Também não tinha na cabeça fazer faculdade. Mas nunca deixamos nossos partidários nem o movimento negro nessa confusão toda aí. Aí me separei, aí disse: “Agora vai ser o momento de fazer faculdade”. Porque eu estava mais calmo, mais tranquilo e já não estava bem na militância diária do movimento, já estava fazendo um papel dentro do estado, de política, já estava propondo algumas coisas para alguns candidatos a prefeito da cidade lá que eu tinha alguma relação; estava no outro estágio também de participação.

V.A. – E também já foi transferido para a capital?

D.C. – Já vim para a capital. Já deixei o interior. Mas fiquei na capital e trabalhando nas cidades mais próximas. Ia e voltava, dava tempo de fazer faculdade. Ano de 2002, 2001.

V.A. – O senhor entrou na faculdade em 2001?

D.C. – Isso.

V.A. – O que o senhor foi fazer?

D.C. – Fui fazer Pedagogia. Eu acho que a Educação é uma coisa fantástica. Eu fiz Pedagogia dentro de uma linha, com recorte racial. Pensei: “Tenho que fazer Pedagogia e futuramente vou dar um recorte racial naquilo que eu vou fazer”. Fiz nesse momento.

V.A. – Na universidade...

D.C. – Em uma faculdade lá, particular. Vou me formar agora em 2005. Minha tese é em cima da questão racial, tese de monografia.

V.A. – Sua monografia é sobre o quê?

D.C. – Eu trabalho a Lei 10.639 nos projetos políticos-pedagógicos.

V.A. – Da prefeitura?

D.C. – Das escolas do município de Aracaju. Estou terminando agora em setembro.

V.A. – Isso é importante.

D.C. – Isso. Vamos ver no que eu contribuo para a Educação.

A.P. – Eu queria saber, eu achei interessante, um pouco diferente, mas é lá atrás. Eu queria saber como você tomou contato com o Agostinho Neto, com a questão racial? Como esses livros do Agostinho Neto chegaram na sua mão? Era via partido?

D.C. – Não era partido não. Era via uma livraria que tinha lá em Aracaju. No momento que se discutia a questão da Anistia, aquele projeto de Anistia da ditadura, havia uma efervescência cultural muito forte e rolava muita coisa de fora. As guerras africanas estavam na moda, todo mundo sabendo o que estava acontecendo a libertação dos países africanos. E tinha uma livraria, que era a livraria do Bosco Rolemberg do PC do B. Ele era uma figura do partido que foi preso na época da ditadura. E voltou e botou essa livraria assim. Todo sábado ele tocava violão, ele dizia assim: “Todo sábado à tarde a batidinha de bebida eu dou, vocês vêm aqui leem um livro, debate e vão embora”. Ele fazia com o maior prazer isso.

A.P. – Ele era branco?

D.C. – Negro. Então acostumou todo mundo a entrar lá às três da tarde do sábado, ele tocava violão, e a livraria assim pequenininha, tinha um livro e a gente falava: “Veja aquele livro ali”. E nesse momento a editora do *Pasquim* lançou um livro de Angola, a editora Codecri lançou um livro desse tamanho assim, branquinho. Naquele momento a Brasiliense também lançou *O*

que é isso?, O que é socialismo?, foi um momento muito interessante. Então estava na prateleira *Angola*. Peguei para ler. Aí passei uma semana com o livro, ele me emprestou. Voltei outra vez e comprei o livro depois. Eu tenho esse livro até hoje. Comprei o livro depois e foi isso que me interessou muito. E o debate lá era um debate político, todo mundo de esquerda, e a gente discutia tudo, discutia a Revolução Angolana, a Russa, Anistia, era um caldo cultural muito grande. Eu fui um privilegiado. Pouca gente teve esse privilégio lá em Aracaju, de estar convivendo com essas figuras que tinham um acúmulo de discussão muito grande em Sergipe. É isso.

V.A. – E os irmãos do senhor, o senhor disse que eles tinham uma vocação cultural...

D.C. – Eles foram morar no Rio. Meu pai se separou de minha mãe, as mulheres vieram morar no Rio. Uma formou-se em Geografia, aí não quis mais nada, a outra formou-se em Serviço Social, eu acho, também já deixou, casou, essas coisas todas...

V.A. – Nenhum está aí no movimento negro?

D.C. – Não. Meu irmão é que mora no Rio hoje, é jornalista, é professor da PUC do Rio, e ele é quem lida com essas questões no dia-a-dia dele. Ele escreve...

V.A. – Raciais?

D.C. – Raciais.

V.A. – Ele é o único que está ligado a essas questões?

D.C. – É.

V.A. – Qual é o nome dele?

D.C. – Carlos Nobre. Ele assessoria, faz esse trabalho... E eu continuo...

V.A. – Muito bem. Acho que está perfeito, não é Amilcar?

A.P. – Acho que sim.

V.A. – Infelizmente a gente tem que encerrar, porque já estamos meia hora atrasados com a...

D.C. – Tudo bem. Mas foi legal?

V.A. – Foi excelente.

[FINAL DO DEPOIMENTO]